

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o ano de 2017 com evolução importante em nossos indicadores financeiros, fruto das diversas iniciativas implementadas ao longo do ano após a integração da Cnova, anunciada ao final de 2016. Expandimos nossos ganhos de *market share* (com base nos dados apurados pela GFK), tanto em nossas Lojas Físicas quanto no canal Online, e aceleramos o crescimento em ambos os canais: as vendas das nossas Lojas Físicas cresceram 11,5% no ano e o GMV bruto do canal Online cresceu 11,4%. A expansão na receita aliada a uma nova estratégia comercial e um rígido controle de despesas resultou em um EBITDA no ano de R\$1.361 milhões, 122% acima do pro forma de 2016. Nossa margem EBITDA obteve uma expansão de 266bps, atingindo 5,3% em 2017. A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$195 milhões em 2017 versus um prejuízo pro forma de R\$750 milhões em 2016. Concluímos no início de 2017 as primeiras etapas da integração entre Cnova e Via Varejo, o que nos possibilitou priorizar projetos que aceleraram a melhoria na experiência do cliente em todos os nossos canais (Lojas Físicas e Online). Com os canais Online e Lojas Físicas totalmente integrados, pudemos implementar uma estratégia comercial multicanal que possibilitou a adoção de uma política de precificação e sortimento mais assertivos. Adicionalmente, a integração entre os canais nos permitiu estreitar ainda mais nossa relação com nossos fornecedores já que passamos a ofertar um maior leque de produtos a nossos clientes. Iniciamos a operação do Retira Rápido (Click&Collect) em todas as nossas lojas e nos tornamos a primeira companhia do varejo brasileiro a disponibilizar este tipo de serviço em toda a sua rede (compra no site e retira em qualquer loja em até 24hs).

No 2T17 a Companhia alcançou crescimento de duplo dígito nas Lojas Físicas, o que não ocorria desde o 3T13. Tivemos o melhor Dia das Mães dos últimos anos e um excelente resultado no Dia dos Namorados. Iniciamos a operação das Lojas Premium com crescimento na subcategoria de vendas e rentabilidade, oferecendo sortimento e atendimento diferenciados e preços atrativos. No canal Online, fizemos um ajuste no portfólio de produtos e serviços financeiros e otimizamos nossa base de sellers a fim de priorizar um excelente nível de serviço.

\*Considerando a consolidação integral do resultado do exercício de 2016 da Cnova para fins comparativos.

No 3T17 a Companhia acelerou os projetos de inovação e eficiência visando aumentar a liderança no setor do varejo de eletroeletrônicos e móveis brasileiro. Encerramos o modelo de precificação regional, projeto que propicia ganhos importantes em margem comercial, atingindo todas as lojas e categorias, nos dando maior capacidade e flexibilidade para entender as diferenças na dinâmica de mercado em cada uma das microrregiões em que atuamos. Finalizamos, também, o piloto do novo sistema de vendas - MOVVE 2.0, que beneficia ao mesmo tempo: i) o cliente (venda mais assertiva, tanto em produto quanto no modo de pagamento), e ii) a equipe de vendas (maior eficiência na venda e potencial para maior comissionamento em função da venda mais rentável). A implementação do MOVVE 2.0 representa um marco importante para a Companhia, pois esse sistema disponibilizará à nossa equipe as informações e ferramentas necessárias para aumentar a conversão de vendas na loja, com maior margem comercial.

A Companhia iniciou o 4T17 com um objetivo audacioso: realizar a Black Friday mais rentável da história. Além dos investimentos em marketing e comunicação, com participações do *digital influencer* Evaristo Costa realizando transmissões ao vivo dos nossos produtos, também investimos no nível de serviço com a "Entrega Garantida" (a Companhia entrega no prazo prometido ou seu produto sai de graça). Mobilizamos a operação logística para oferecer um nível de serviços jamais visto no Brasil em um evento do porte da Black Friday. Foram mais de 220 mil entregas (2,4 milhões de quilômetros rodados) com um nível de eficiência de entrega de 99,8%. Essas iniciativas somadas ao bom portfólio tanto de produtos em todos os canais quanto de serviços financeiros nos garantiu uma excepcional Black Friday, com crescimento de receita e expansão de margens em relação a 2016. No período de Natal, obtivemos indicadores operacionais positivos que fizeram com que a margem EBITDA de 6,9% reportada no período fosse a maior do ano. Além dos eventos sazonais no 4T17, expandimos o *roll-out* do MOVVE 2.0 e finalizamos o ano com 185 lojas sob o novo sistema. Realizamos a abertura da primeira loja do modelo Smart em Canoas/RS, que precedeu outras 5 aberturas até o final de 2017. Lançamos o novo site de

móveis com uma melhor experiência para o consumidor, o que deve propiciar uma maior atratividade ao segmento, que hoje possui um dos melhores retornos do mercado de *e-commerce*.

A expectativa para 2018 é positiva, considerando que temos: i) um plano de expansão de Lojas Físicas de aproximadamente 80 lojas, ii) finalização do *roll-out* do MOVVE 2.0 no 1S18, iii) implementação dos sistemas que permitirão no 2S18 a venda de toda a cadeia logo do Online em todas as nossas lojas, e iv) maturação do novo sistema de precificação por microrregião que foi finalizado em Setembro/17, entre outras diversas iniciativas.

Continuamos com nossa estratégia de otimizar nossa plataforma de *marketplace* e, até o final de 2018, tornar a Via Varejo o *one-stop-shop* dos *sellers*, com um portfólio diferenciado e único no Brasil, em porte e nível de serviço. A futura plataforma Via Varejo será uma via única de compras para os nossos clientes, do jeito que o cliente quer, gosta e precisa.

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras da Via Varejo S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte"). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Companhia ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Em atendimento à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381/03, declaramos que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Deloitte não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras e outros serviços correlatos previstos na NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017					
(Em milhões de reais)					
Ativos	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.802	3.938	3.559	4.030
Contas a receber	5	2.241	2.438	3.988	2.782
Estoques	6	3.388	2.540	4.379	3.054
Tributos a recuperar	7	181	401	219	581
Partes relacionadas	8	664	517	124	132
Outros ativos		112	113	174	129
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>10.388</b>	<b>9.947</b>	<b>12.443</b>	<b>10.708</b>
<b>Não circulantes</b>					
Contas a receber	5	199	178	201	182
Tributos a recuperar	7	2.147	2.050	2.725	2.317
Tributos diferidos	14	427	288	439	295
Partes relacionadas	8	405	511	415	549
Depósitos judiciais	15	919	599	941	615
Outros ativos		22	22	22	22
Investimentos	9	952	926	89	144
Imobilizado	10	1.200	1.196	1.423	1.438
Intangível	11	445	403	1.233	1.257
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>6.716</b>	<b>6.173</b>	<b>7.488</b>	<b>6.819</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>17.104</b>	<b>16.120</b>	<b>19.931</b>	<b>17.527</b>

Passivos Circulantes	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores		5.590	4.230	7.726	5.618
Fornecedores convênio	3 (f)	437	489	437	489
Empréstimos e financiamentos	12	3.214	3.028	3.802	3.532
Tributos a pagar	13	243	573	265	600
Obrigações sociais e trabalhistas	17	487	437	552	477
Receitas diferidas	17	354	323	368	336
Partes relacionadas	8	258	246	139	188
Dividendos a pagar	18	15	-	15	-
Repasse a terceiros		398	358	446	382
Outros passivos		223	188	528	435
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>11.219</b>	<b>9.872</b>	<b>14.278</b>	<b>12.057</b>
<b>Não circulantes</b>					
Empréstimos e financiamentos	12	393	399	397	407
Receitas diferidas	17	946	1.258	1.006	1.326
Partes relacionadas	8	-	-	-	1
Partes relacionadas	8	-	-	-	14
Tributos diferidos	14	-	-	5	14
Provisão para demandas judiciais	15	1.174	844	1.239	906
Provisão para perdas com investimentos	9	366	937	-	-
Obrigações fiscais		43	2	43	8
Outros passivos		4	-	4	-
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>2.926</b>	<b>3.440</b>	<b>2.694</b>	<b>2.662</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>14.145</b>	<b>13.312</b>	<b>16.972</b>	<b>14.719</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	18	2.896	2.895	2.896	2.895
Transações de capital		(1.232)	(1.232)	(1.232)	(1.232)
Reservas de capital		351	346	351	346
Reservas de lucros		944	799	944	799
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.959</b>	<b>2.808</b>	<b>2.959</b>	<b>2.808</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>17.104</b>	<b>16.120</b>	<b>19.931</b>	<b>17.527</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Saldos em 31 de dezembro de 2015	Notas	Reservas de capital										Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Reservas de capital					Reservas de lucros								
		Capital social	Transações de capital	Especial de ágio	Incentivos fiscais	Opções outorgadas	Legal	de capital	Investimentos	de lucros	de lucros				
2.895	170	279	8	50	99	158	614	23	-	-	-	-	(50)	4.246	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95)	(95)	
9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	50	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	(45)	
18	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	9	
9	-	(1.355)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.355)	
9	-	(47)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47)	
-	-	-	-	-	-	-	(72)	(23)	95	-	-	-	-	-	
2.895	(1.232)	279	8	59	99	158	542	-	-	-	-	-	195	2.808	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	195	195	
18	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	
18	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5	5	
18	-	-	-	-	-	-	-	-	(15)	-	-	-	(15)	(15)	
18	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-	(35)	(35)	
18	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	-	-	-	(10)	(10)	
18	-	-	-	-	-	-	-	-	(135)	-	-	-	(135)	(135)	
2.896	(1.232)	279	8	64	109	158	677	-	-	-	-	-	195	2.959	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	195	(95)	195	(95)	
Ajustes em:					
Depreciação e amortização	10 e 11	215	194	319	223
Equivalência patrimonial	9	219	181	(26)	187
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(144)	(6)	(243)	(23)
Juros e variações monetárias		297	405	362	455
Provisões para demandas judiciais, liquidas de reversões		565	499	642	511
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	5	609	556	717	573
Perda com alienação de ativo imobilizado e intangível	21	5	23	1	25
Perda estimada do valor recuperável líquido dos estoques	6	79	96	86	102
Receita diferida reconhecida no resultado		(271)	(211)	(271)	(211)
Remuneração baseada em ações		11	9	11	9
Outros		(6)	7	(5)	6
<b>Variações no capital circulante</b>		<b>(1.428)</b>	<b>(1.166)</b>	<b>(1.937)</b>	<b>(1.326)</b>
Contas a receber		(927)	(96)	(1.411)	34
Estoques		(292)	(39)	(462)	(465)
Partes relacionadas		8	(249)	115	(269)
Depósitos judiciais		(282)	(192)	(288)	(193)
Outros ativos		(7)	(2)	(37)	45
Fornecedores		1.308	(9)	2.056	104
Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas		420	95	436	100
Receitas diferidas		(10)	339	(25)	359
Demandas judiciais		(337)	(299)	(414)	(313)
Outros passivos		79	(83)	161	(115)
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	84	8	89	8
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(1)	-
Caixa e equivalentes de caixa (apudado) nas atividades operacionais		<b>390</b>	<b>(386)</b>	<b>70</b>	<b>(269)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações corporativas:** A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via Varejo") atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis através das bandeiras "Casas Bahia", "Ponto Frio", além das plataformas de *e-commerce* "pontofrio.com", "casasbahia.com.br" e "barteiro.com.br". Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia detém suas ações negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos "VVAR3", "VVAR4" e "VVAR11" e é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD"), que por sua vez tem o Casino Guichard Perrachon como controlador através de suas *holdings*. As participações societárias da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 9(b). a) Reorganização societária das operações de comércio eletrônico: A Companhia teve sua participação societária nas operações de comércio eletrônico no Brasil reorganizada no ano de 2016, passando a operar os sites da Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") de forma conjunta com suas lojas físicas a partir de 31 de outubro de 2016, portanto, os valores consolidados da demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins comparativos, contemplam o resultado da Cnova Brasil a partir da reorganização societária. Vide detalhes na nota explicativa nº 25. b) Ofício CVM: Em 18 de fevereiro de 2016, a Companhia recebeu da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas ("SEP") da CVM quanto a certas transações e registros contábeis relacionados a operações societárias realizadas pela Companhia no exercício social de 2013. A área técnica da CVM manifestou entendimento diverso daquele adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras daquele exercício no que se refere ao (i) ganho da remuneração do investimento detido em Nova Pontocom Comercio Eletrônico S.A., decorrente da alienação parcial de participação societária para a Companhia Brasileira de Distribuição; e (ii) tratamento contábil aplicado na aquisição adicional de 75% do capital social da Indústria de Móveis Baritira. A Companhia apresentou recurso de tal decisão ao Colegiado da CVM com pedido de efeito suspensivo nos termos da Deliberação CVM 463, porém não definiu atender o item (i) do Ofício CVM. Desta forma as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reapresentadas em 27 de julho de 2016. Com relação ao item (ii) acima, em 24 de abril de 2017 a Companhia recebeu uma manifestação definitiva do Colegiado da CVM atacando o recurso apresentado. Desta forma não há nenhum efeito a ser considerado relacionado a esse item. Não há efeitos oriundos deste assunto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**2. Práticas contábeis significativas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o *Real* ("RS") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$, e foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2018. a) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis: Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em 31 de dezembro de 2017. Em 2016, a Companhia passou a aplicar as melhorias anuais às IFRS referentes aos Ciclos 2012-2014, contendo, também, as modificações às IAS 1, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Em 2017, a Companhia passou a aplicar as alterações à IAS 12 - Impostos sobre receitas e IAS 7 - Fluxo de caixa, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017. A aplicação dessas revisões e interpretações não resultou em impactos relevantes nas divulgações ou demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. b) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados: A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes: (i) CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros; o Pronunciamento contábil CPC 48 (IFRS 9) substituirá o CPC 38 (IAS 39) a partir de 1º de janeiro de 2018. Entre as alterações apresentadas, os maiores impactos são: • Contabilização de *hedge accounting*; • Classificação e mensuração de ativos financeiros e c) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros; *Hedge accounting*. As mudanças contemplam a possibilidade de proteção de risco de itens financeiros e não financeiros, além de alterações na forma de documentar o *hedge*. Não identificamos qualquer impacto em mensuração e divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia derivado deste item da nova norma. Classificação e mensuração de ativos financeiros: Identifica dois critérios que devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros. Os ativos deverão ser classificados em (i) valor justo contra o resultado, (ii) valor justo contra outros resultados abrangentes ou (iii) custo amortizado. A Companhia não terá qualquer efeito a registrar a partir da adoção da norma em seus instrumentos financeiros, exceto para as contas a receber relacionadas às "Administradoras de cartão de crédito", que será

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Operações continuadas	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita de venda de mercadorias e serviços	19	21.106	18.879	25.590	19.819
Custo de mercadorias e serviços vendidos	20	(13.923)	(12.442)	(17.510)	(13.113)
Lucro bruto		7.183	6.437	8.180	6.706
Despesas com vendas	20	(4.907)	(4.648)	(5.848)	(4.814)

—☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017** (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

descontado ou outros modelos de avaliação. b) Composição dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.802	3.938	3.559	4.030
Contas a receber	3.440	2.616	4.189	2.964
Partes relacionadas	1.069	1.028	539	681
<b>Passivos financeiros</b>				
Outros passivos financeiros	(5.590)	(4.230)	(7.726)	(5.618)
Fornecedores	(437)	(489)	(437)	(489)
Fornecedores convênio	(3.607)	(3.174)	(3.616)	(3.209)
Empréstimos e financiamentos	(258)	(246)	(139)	(189)
Partes relacionadas	(398)	(358)	(446)	(382)
Repassa a terceiros	—	—	—	—
Valor justo por meio do resultado	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	—	(253)	(583)	(730)

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê Financeiro, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente para o Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. O risco mais significativo a que a Companhia está exposta está relacionado aos riscos de mercado, decorrente dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras. c) Risco de mercado: Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 é a redução do percentual do CDI, uma vez que o saldo total das aplicações financeiras excedeu o saldo dos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil referenciados ao CDI indexados a mesma modalidade de taxa de juros. (i) Taxa básica de juros: A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), para fazer frente à necessidade de caixa para investimento e financiamento de clientes. Concomitantemente, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa. Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses foi elaborada uma análise de sensibilidade em três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na BM&Fbovespa para as datas de vencimento das operações, limitado a 25 meses, cuja taxa foi 6,71% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumentos na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente. Segue quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

	Consolidado		Análise de sensibilidade		
	Risco	Saldo em 31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	3.304	216	162	108
Empréstimos bancários (*)	Redução do CDI	(50)	(2)	(2)	(1)
Arrendamento mercantil (*)	Redução do CDI	(3)	(2)	(2)	(1)
<b>Impacto no lucro líquido no resultado</b>			<b>214</b>	<b>160</b>	<b>107</b>

(\*) Não inclui os contratos de empréstimos CDCI e determinados contratos de arrendamento mercantil financeiro por possuírem taxas de juros pré-fixadas e não sujeitos a risco de variação. A análise de sensibilidade do instrumento financeiro derivativo está apresentada no item a seguir. (ii) Instrumento financeiro derivativo: As políticas de tesouraria da Companhia não permitem contratações de instrumentos derivativos para quaisquer fins de: swaps com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrendamento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps tradicionais para proteção de dívidas. A Companhia, através de sua controlada Cnova Brasil, obtém junto ao banco HSBC France, um empréstimo em moeda nacional com taxas pré-fixadas no valor de R\$310 mediante a realização de um contrato de swap com taxas de juros referenciadas ao CDI, conforme quadro abaixo:

	Na data da contratação		Consolidado	
	Valor	Data de vencimento	Valor	Data de vencimento
Empréstimo em moeda nacional	HSBC	(310)	15/05/2017	18/05/2018
		(310)		(317)

**Operação de swap**  
Posição ativa 310 317  
Posição passiva (310) (313)  
**Posição swap líquida** 0 4

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de hedge foram contabilizados a valor justo. A Companhia calcula a efetividade das operações de hedge quando da sua contratação em bases contínuas. As operações de hedges contratadas apresentam efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura em 31 de dezembro de 2017. Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre contratos de swap são registrados no "Resultado financeiro líquido" e o saldo a pagar ou a receber pelo valor justo é registrado nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos", conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o ganho reconhecido no contrato de swap de taxa de juros foi de R\$4. Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado até o vencimento do contrato decorrentes dos riscos de flutuação de taxas de juros, foi elaborada uma análise de sensibilidade da exposição da Companhia ao risco da taxa de juros do CDI do contrato de swap considerando três cenários. No cenário I foi considerado a curva futura do CDI para a data de vencimento do empréstimo que foi obtida na BM&Fbovespa de 6,46% a.a. Nos cenários II e III foram projetadas a taxa de juros com aumento de 25% e 50%, respectivamente. Segue quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros do instrumento financeiro derivativo demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

	Consolidado		Análise de sensibilidade		
	Risco	Saldo em 31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Operação de Swap - posição passiva (*)	Redução do CDI	(313)	(9)	(6)	(4)
<b>Impacto de perda no resultado</b>			<b>(9)</b>	<b>(6)</b>	<b>(4)</b>

(\*) Não inclui o contrato de empréstimos em moeda nacional e a ponta ativa do swap por possuírem taxas de juros pré-fixadas e não sujeitas ao risco de variação. (iii) Taxa de câmbio e juros dos empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia possui determinados empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) durante o primeiro semestre de 2017, e em agosto de 2017 captou um novo contrato de empréstimo em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) com taxas de juros pré-fixadas. Desta forma, a Companhia está exposta somente ao risco de variação cambial pela dívida contratada. A Companhia faz uso de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI.

A Companhia e suas controladas mantêm um empréstimo em moeda estrangeira ativo totalmente protegido por contratos de swap, conforme descrição abaixo:

	Na data da contratação		Consolidado	
	Valor	Data de vencimento	Valor	Data de vencimento
Empréstimo em moeda estrangeira	Citibank	(50)	10/04/2015	10/04/2017
	Citibank	(30)	14/04/2015	17/04/2017
	Santander	(47)	19/04/2010	22/02/2017
	Safra	(75)	22/07/2016	02/05/2017
	Santander	(80)	07/08/2017	06/08/2018
<b>Operação de swap líquida</b>		<b>(282)</b>		<b>(266)</b>

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de hedge foram contabilizados a valor justo. A Companhia calcula a efetividade das operações de hedge quando da sua contratação em bases contínuas e apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto durante a sua vigência e até a sua liquidação. Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre estes contratos de swap foram registrados no "Resultado financeiro líquido" e o saldo a pagar ou a receber pelo valor justo foi registrado nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos", conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a perda reconhecida nos contratos de swap de moeda estrangeira foi de R\$35 (perda de R\$147 em 31 de dezembro de 2016). Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de swap considerando três cenários. Para o contrato do Santander no cenário I as seguintes premissas foram adotadas: (i) a curva futura do CDI para a data de vencimento do empréstimo foi obtida na BM&Fbovespa, cuja taxa foi de 6,52% a.a.; e (ii) a taxa de câmbio foi definida em R\$3,38 com base na cotação do dólar futuro negociado na BM&Fbovespa para a data de vencimento do contrato. Nos cenários II e III, foram projetados o CDI e o dólar com incremento de 25% e 50%, respectivamente. Segue quadro de análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

	Consolidado		Análise de sensibilidade		
	Risco	Saldo em 31/12/2017	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Operação de Swap	Valorização do dólar (USD)	(266)	(9)	(78)	(147)
Swap (ponta ativa em USD)	Valorização do dólar (USD)	266	11	80	149
Swap (ponta passiva em USD)	Redução do CDI	(253)	(11)	(8)	(6)
<b>Impacto líquido comparado com o saldo contábil</b>			<b>(9)</b>	<b>(6)</b>	<b>(4)</b>

d) Riscos de liquidez: É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa no curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter níveis de linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros calculados até o vencimento dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	31/12/2017		Consolidado	
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos
	5.590	5.590	7.726	7.726
Fornecedores	438	438	438	438
Fornecedores convênio	3.319	327	3.646	349
Empréstimos e financiamentos	—	—	(9)	(9)
Instrumentos derivativos	27	88	115	31
Arrendamento mercantil financeiro	9.374	415	9.789	12.136
				437

e) Riscos de crédito: A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras e na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro. Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário em instituições financeiras validadas pelo Comitê Financeiro e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha com classificações superiores a AA+ (ou código equivalente) em moeda local concedidos pelas agências de rating de risco de crédito Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Ratings. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos, que são regularmente atualizados. Para os saldos das contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato que grande parte das vendas da Companhia é realizada utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financeiras pelo Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção ("CDCI") são vendas realizadas através de acordos operacionais com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para a concessão de financiamentos CDCI aos nossos clientes, por meio de intervenção com as respectivas instituições financeiras. Para essa operação, a Companhia detém o risco de crédito e adota procedimentos criteriosos na concessão de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos. As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são avaliadas conforme a política contábil da Companhia descrita na nota explicativa nº 5(a) e os saldos dessas estimativas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são considerados pela Administração suficientes para cobrir as perdas estimadas da carteira de valores a receber. f) Gerenciamento de capital: O objetivo da Administração da Companhia é assegurar manutenção adequada de classificação de crédito elevada e uma proporcão de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira, considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
	3.559	3.559	4.030	4.030
Empréstimos e financiamentos	(4.199)	(733)	(3.939)	(937)
Fornecedores convênio (i)	(437)	(437)	(489)	(489)

(i) Fornecedores convênio: tratam-se de passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras com o custo financeiro implícito de 7,43% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (15,31% a.a. em 31 de dezembro de 2016). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

g) Mensurações do valor justo: Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>				
Financiamento ao consumidor - CDCI (i)	2.382	2.489	2.382	2.489
Administradoras de cartões de crédito (ii)	1.161	1.112	1.639	1.575
Empréstimos e financiamentos - CDCI (ii)	(3.466)	(3.486)	(3.466)	(3.486)
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Contratos de swap (ii)	—	—	17	17
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional e estrangeira (ii)	—	—	(583)	(583)

(i) Os contratos de financiamento ao consumidor - CDCI são classificados no nível 3 por considerarem dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo a Companhia utilizou como premissa o resultado médio das operações de CDCI sobre a carteira média de recebíveis do CDCI dos últimos 12 meses, a expectativa de perdas, bem como a taxa média dos contratos em aberto. (ii) Os contratos de swap e os empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura. A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de administradoras de cartões de crédito.

4. Caixa e equivalentes de caixa: a) Política contábil: Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor. b) Composição dos saldos:

	Taxa média ponderada		Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e contas bancárias	—	—	239	120	255	175
Aplicações financeiras compromissadas	97,75% do CDI a.a.	—	2.557	3.756	3.295	3.793
Aplicações financeiras automáticas	9,98% do CDI a.a. (i)	—	6	62	9	62
			<b>2.802</b>	<b>3.938</b>	<b>3.559</b>	<b>4.030</b>

(i) Referem-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

5. Contas a receber: a) Política contábil: Os saldos registrados com Contas a Receber referem-se às atividades operacionais da empresa, ou seja, venda de bens de consumo e serviços correlatos. Os demais saldos a receber são reconhecidos na rubrica "Outras contas a receber". Os saldos de contas a receber são registrados pelo valor de venda, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, segundo o método da taxa efetiva de juros, e deduzido a perda do valor recuperável, conforme métodos explicados abaixo. A Companhia utiliza duas fórmulas distintas para avaliação das perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa: (i) para o Contas a Receber de financiamento ao consumidor CDCI, a métrica que a Companhia julga suficiente para as perdas estimadas consiste em uma análise histórica dos últimos 24 meses, comparando a carteira de clientes, o faturamento líquido e as inadimplências ocorridas; (ii) para os demais Contas a Receber, a Companhia reconhece Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") sobre títulos vencidos há mais de 180 dias, ou quando o cliente não tem solvência. b) Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	30/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Administradoras de cartões de crédito (i)	1.161	543	1.639	695
Financiamento ao consumidor - CDCI (ii)	2.382	2.138	2.382	2.138
Outras contas a receber - B2B (iii)	—	—	208	213
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(378)	(310)	(461)	(364)
Outras contas a receber	275	245	321	282
	<b>3.440</b>	<b>2.616</b>	<b>4.189</b>	<b>2.964</b>

Circulante 3.241 2.438 3.988 2.782  
Não circulante 199 178 201 182

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, como parte da estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia, foi realizada a venda parcial dos recebíveis com as operadoras de cartões de crédito ou banco. O prazo médio de recebimento das vendas é de 4 meses. (ii) Corresponde aos financiamentos por CDCI que podem ser parcelados em até 24 meses sendo o prazo médio de 13 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (conforme nota explicativa nº 12(a)(i)). (iii) Refere-se a vendas realizadas diretamente a pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio. c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Reorganização societária (nota 25)	(310)	(253)	(364)	(253)
Perda estimada registrada no exercício	(609)	(556)	(717)	(573)
Baixas de contas a receber	541	499	620	505
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>(378)</b>	<b>(310)</b>	<b>(461)</b>	<b>(364)</b>

Circulante (351) (288) (434) (342)  
Não circulante (27) (22) (27) (22)

(i) Composição por período de vencimento das contas a receber, bruta de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa:

	Aging das contas a receber - Controladora				
	Total	A vencer <= 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>91 dias
31 de dezembro de 2017	3.818	3.582	109	47	34
31 de dezembro de 2016	2.926	2.705	102	45	31

	Aging das contas a receber - Consolidado				
	Total	A vencer <= 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>91 dias
31 de dezembro de 2017	4.650	4.306	163	62	45
31 de dezembro de 2016	3.328	3.019	135	54	35

6. Estoques: a) Política contábil: Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, suqueamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário. As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para reposição de margem ou acordos de marketing, entre outros. As bonificações são registradas ao resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido. b) Estimativas e premissas contábeis críticas: O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e suqueamento, obtidos por meio de análise da perda histórica. O valor líquido de

8. Partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>Controlador</b>				
Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") (c), (d), (e), (f)	195	229	177	226
<b>Controladas</b>				
Indústria de Móveis Baritira Ltda. ("Baritira") (b), (e) (*)	(37)	63	(5)	(64)
Globalx Administração e Serviços Ltda. ("GAS") (d)	(9)	7	—	—
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (b) (e) (*)	4	7	—	—
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") (b), (d), (e), (g)	444	255	—	—
<b>Coligadas</b>				
Financeira Itau CBD S.A. ("FIC") (a)	(5)	(63)	(5)	(64)
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") (b), (d), (e), (g)	—	—	—	—
<b>Outras</b>				
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d), (f)	219	291	228	331
Viav Consultoria Ltda. (h)	—	—	—	—
Odyssey Group S.A.S.	—	—	—	—
Cnova N.V. (nota 12(b)(ii))	—	—	(1)	—
Cnova Finança B.V. (nota 12(b)(iii))	—	—	—	—
	<b>811</b>	<b>782</b>	<b>400</b>	<b>492</b>

Ativo - partes relacionadas  
Circulante 664 517 124 132  
Não circulante 405 511 415 549  
Passivo - partes relacionadas  
Circulante (258) (246) (139)



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Participações societárias:

Investimentos	31/12/2017		31/12/2016	
	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
<b>Controladas</b>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Consórcio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil")	100,00%	-	100,00%	-
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A. ("E-Hub")	-	100,00%	-	100,00%
Nova Experiência Tecnom S.A.	-	100,00%	-	100,00%
Via Varejo Luxembourg Holding S.à r.l.	-	100,00%	100,00%	-
Via Varejo Netherlands Holding B.V.	-	100,00%	-	100,00%
<b>Coligadas</b>				
Financeira Itau CBD S.A. ("FIC")	-	-	-	14,24%
Banco Investred Unibanco S.A. ("BINV")	-	50,00%	-	50,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	14,24%	-	14,24%

c) Saldos e movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Controladora						
	Cnova N.V. (i)	VPPart	Brasil (ii)	Bartira	Lake	Outros	Total
Equivalência patrimonial	(225)	-	28	(25)	30	76	71
Reorganização societária (nota 25)	(217)	-	(1.355)	-	-	3	(1.81)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Aumento de capital	-	392	437	-	-	-	829
Ajustes de conversão	50	-	-	-	-	-	50
Pagamento relativo à reorganização societária (nota 25)	-	-	(47)	-	-	-	(47)
Aporte de passivos (nota 25)	392	(392)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	-	-	(937)	704	143	79	(11)
Equivalência patrimonial	-	-	(219)	(29)	22	7	(219)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(76)	-	(76)
Aumento de capital	-	-	874	102	-	-	976
Transações de capital (iii)	-	-	(84)	-	-	-	(84)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-	-	(366)	777	89	86	586

(\*) Em 31 de dezembro de 2017 a controladora Via Varejo mantém um saldo em passivo a descoberto de R\$366 (R\$937 em 31 de dezembro de 2016) para a controlada Cnova Brasil.

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Consolidado			
	FIC (i)	BINV (i)	Cnova N.V. (ii)	Total
Equivalência patrimonial	103	19	(225)	(103)
Ajustes de conversão	29	-	-	(187)
Distribuição de dividendos	(8)	-	-	(8)
Reorganização societária (nota 25)	-	-	-	392
Equivalência patrimonial	124	20	-	392
Aumento de capital	25	1	-	26
Distribuição de dividendos e JCP	(81)	-	-	(81)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>68</b>	<b>21</b>	-	<b>89</b>

(i) FIC e BINV: São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. Elas são resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. Atualmente, o BINV encontra-se em fase não operacional. A Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, através de participação no Conselho de Administração das associadas. A participação no capital votante total da FIC e do BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake. (ii) Cnova N.V.: Como resultado da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 25, Cnova N.V. deixou de ser coligada em 31 de outubro de 2016. (iii) Transações de capital: Refere-se ao crédito de prejuízo fiscal de Cnova Brasil (despesa) para a Via Varejo. Mais detalhes sobre essa transação estão descritos na nota explicativa nº 14(c)(i). (d) Informações financeiras resumidas das coligadas: A seguir, informações da coligada que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência patrimonial:

Balanco patrimonial	FIC	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante	4.621	3.918
Ativo não circulante	69	44
Ativo total	4.690	3.962
Passivo circulante	4.026	2.876
Passivo não circulante	11	15
Patrimônio líquido (*)	653	1.071
Total do passivo e patrimônio líquido	4.690	3.962
<b>Resultados do resultado</b>	<b>988</b>	<b>1.012</b>
Resultados operacionais	321	344
Lucro (prejuízo) líquido	178	202

(\*) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A. Não há reversões significativas relacionadas aos investimentos mantidos pela Companhia.

**10. Imobilizado:** a) Política contábil: O ativo imobilizado da Companhia é reconhecido e mensurado inicialmente pelo seu custo histórico, que contempla tanto os custos de aquisição como os custos de construção. No caso dos ativos imobilizados em andamento, todos os custos diretamente relacionados à construção desses ativos são reconhecidos no imobilizado, bem como os juros incorridos no financiamento desses ativos, se atendidos os critérios de reconhecimento. A depreciação é calculada utilizando o método linear com base na vida útil econômica das respectivas classes de ativos. Quando está diretamente relacionada à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas na rubrica "Custo das mercadorias e serviços vendidos". Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelos seus componentes significativos e tratados como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os seus critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado e seus componentes são baixados na sua alienação ou quando não há expectativa que benefícios econômicos futuros sejam gerados pelo seu uso ou venda. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais". O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil das classes de ativo imobilizado. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo imobilizado são relacionadas a seguir:

**Categoria de ativos** Vida útil média ponderada estimada em anos

Edifícios	40
Benefetórias em imóveis de terceiros	19
Máquinas e equipamentos	11
Equipamentos de informática	12
Instalações	5
Móveis e utensílios	13
Veículos	13

**Resíduo ao valor recuperável (impairment):** O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, onde o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício. Anualmente a Companhia realiza o teste de impairment de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor contábil. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras. As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. No caso do ativo imobilizado a perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas avaliadas anualmente adotadas para definir o valor recuperável do ativo. b) Estimativas e premissas contábeis críticas: A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") são suas lojas, individualmente, e testa o ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado nas seguintes etapas: i) Compara-se o valor residual das UGC's com um múltiplo de venda representativo das transações entre empresas do segmento (no caso 30%). As UGC's que apresentarem resultado do múltiplo inferior aos ativos seguem para a próxima etapa; ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC's identificadas para os próximos 5 anos e compara-se o resultado com o valor contábil; iii) Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel. A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC's devido ao resultado apresentado pela UGC no último ano. A margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto utilizados são objeto de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A taxa de desconto utilizada no teste de impairment reflete o custo de capital da Companhia (WACC). O resultado do teste de impairment, bem como os índices utilizados, está apresentado no item (e) desta nota explicativa. c) Composição dos saldos e movimentação:

Terrenos	Controladora		Consolidado		
	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	
Depreciação	-	-	-	-	
<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>
12	(-)	12	12	(-)	12
Edifícios	18	(9)	18	(9)	18
Benefetórias em imóveis de terceiros	920	(217)	643	(237)	676
Máquinas e equipamentos	148	(78)	70	(68)	88
Equipamentos de informática	351	(242)	109	(317)	109
Instalações	133	(66)	67	(166)	88
Móveis e utensílios	240	(96)	144	191	(57)
Veículos	5	(4)	1	15	(7)
Imobilizado em andamento	118	-	118	38	-
Outros	39	(24)	15	39	(18)
<b>1.984</b>	<b>(793)</b>	<b>1.191</b>	<b>1.865</b>	<b>(682)</b>	<b>1.183</b>

Equipamentos de informática

155	(146)	9	156	(143)	13
<b>2.139</b>	<b>(939)</b>	<b>1.200</b>	<b>2.021</b>	<b>(825)</b>	<b>1.196</b>

Terrenos	Controladora		Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transfe-rências (i)	Saldo em 31/12/2016
12	-	-	-	-	12
Edifícios	22	-	(1)	(12)	9
Benefetórias em imóveis de terceiros	694	1	(24)	(47)	52
Máquinas e equipamentos	91	-	(9)	6	88
Equipamentos de informática	119	3	1	(35)	21
Instalações	94	-	(2)	(13)	9
Móveis e utensílios	132	-	(11)	(1)	13
Veículos	19	-	(10)	(1)	8
Imobilizado em andamento	4	117	-	(83)	38
Outros	28	-	(1)	(7)	21
<b>1.215</b>	<b>121</b>	<b>(35)</b>	<b>(124)</b>	<b>6</b>	<b>1.183</b>

Equipamentos de informática

23	-	-	(10)	-	13
<b>1.238</b>	<b>121</b>	<b>(35)</b>	<b>(134)</b>	<b>6</b>	<b>1.196</b>

(i) Os saldos da coluna "Transferências" foram impactados pelo montante de R\$6, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica "Ativos não correntes à venda", cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

Terrenos	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2015	Reorga-nização societária (nota 25)	Adições	Baixas	Transfe-rências (ii)	Saldo em 31/12/2016
16	-	-	-	-	-	16
Edifícios	23	-	-	-	(1)	10
Benefetórias em imóveis de terceiros	694	1	(25)	(54)	61	678
Máquinas e equipamentos	198	52	1	(3)	(10)	225
Equipamentos de informática	120	24	2	1	(40)	22
Instalações	100	13	-	(2)	(12)	5
Móveis e utensílios	133	3	-	-	(14)	22
Veículos	63	-	-	(9)	(1)	53
Imobilizado em andamento	9	-	117	(1)	-	43
Outros	28	-	-	(7)	-	21
<b>1.384</b>	<b>93</b>	<b>122</b>	<b>(39)</b>	<b>(142)</b>	<b>6</b>	<b>1.424</b>

Equipamentos de informática

23	-	1	-	(10)	-	14
<b>1.407</b>	<b>93</b>	<b>123</b>	<b>(39)</b>	<b>(152)</b>	<b>6</b>	<b>1.438</b>

(ii) Os saldos da coluna "Transferências" foram impactados pelo montante de R\$6, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica "Ativos não correntes à venda", cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

Terrenos	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2017
16	-	-	-	-	16
Edifícios	10	-	-	-	10
Benefetórias em imóveis de terceiros	678	-	(1)	(50)	20
Máquinas e equipamentos	225	2	(2)	(35)	(2)
Equipamentos de informática	129	6	(1)	(47)	40
Instalações	105	2	(3)	(15)	(5)
Móveis e utensílios	144	-	(1)	(18)	28
Veículos	53	-	(6)	(1)	5
Imobilizado em andamento	43	155	(1)	-	(79)
Outros	21	5	(1)	(6)	1
<b>1.424</b>	<b>170</b>	<b>(16)</b>	<b>(172)</b>	<b>8</b>	<b>1.414</b>

Equipamentos de informática

14	-	-	(5)	-	9
<b>1.438</b>	<b>170</b>	<b>(16)</b>	<b>(177)</b>	<b>8</b>	<b>1.423</b>

d) Classificação da depreciação na demonstração do resultado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no custo de mercadorias e serviços vendidos o montante de R\$44 referente à depreciação de seu imobilizado nas demonstrações financeiras individuais (R\$26 em 31 de dezembro de 2016) e R\$76 nas demonstrações financeiras consolidadas (R\$46 em 31 de dezembro de 2016). e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): O valor recuperável das UGC's foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do triênio 2018-2020, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento das vendas de 8% para o quarto e quinto ano; e (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 13,2% a.a. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 4,5% a.a. Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi registrada uma redução por impairment no montante de R\$2 (nil em 31 de dezembro de 2016) relacionada a 3 (três) lojas. A Companhia realizou um teste de sensibilidade reduzindo o múltiplo para 25%, aumentando a taxa de desconto para 15,8% (equivalente a um aumento de 20%) e reduzindo a margem EBITDA em 1%. Essa análise indicaria a necessidade de uma redução por impairment adicional no montante de R\$2 sobre o valor contábil.

**11. Intangível:** a) Política contábil: São compostos os ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado na aquisição de controladas, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, softwares em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente, softwares adquiridos de terceiros e direitos adquiridos para exploração de venda de garantia estendida. Os gastos com o desenvolvimento de software para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis confiavelmente identificáveis da investida são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável. Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de software que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento, são registrados no resultado do exercício quando incorridos. Anualmente, ou sempre que houver indícios sobre a sua recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível são relacionadas a seguir:

**Vida útil média ponderada estimada em anos**

Fundo de comércio	5
Software e licenças	6
Direito contratual	17
Contrato vantajoso	8

b) Estimativas e premissas contábeis críticas: Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de impairment, bem como os índices utilizados, está apresentado no item (e) desta nota explicativa. c) Composição dos saldos e movimentação:

Fundo de comércio (ii)	Controladora		Consolidado		
	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016	
Amortização	-	-	-	-	
<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Líquido</b>
67	(65)	2	70	(66)	4
Direitos contratuais (iv)	251	(106)	145	251	(70)
Software e licenças	353	(124)	229	254	(105)
671	(295)	376	575	(241)	334

Software

126	(57)	69	113	(44)	69
<b>797</b>	<b>(352)</b>	<b>445</b>	<b>688</b>	<b>(285)</b>	<b>403</b>

Equipamentos de informática

Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2016
627	17	-	(3)	4
138	27	(2)	(14)	149
<b>292</b>	<b>92</b>	<b>(2)</b>	<b>(48)</b>	<b>334</b>

Software

81	-	-	(12)	69
<b>373</b>	<b>92</b>	<b>(2)</b>	<b>(60)</b>	<b>403</b>

Controladora

Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Amort
---------------------	---------	--------	-------



☆ continuação

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via Varejo S.A. ("Companhia"), em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, autorizando a conclusão nesta data.

**Peter Paul Lorenzo Estermann**  
Diretor-Presidente

São Caetano do Sul (SP), 16 de fevereiro de 2018.

**Felipe Coragem Negrão**  
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via Varejo S.A. ("Companhia"), em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, autorizando a conclusão nesta data.

**Peter Paul Lorenzo Estermann**  
Diretor-Presidente

São Caetano do Sul (SP), 18 de fevereiro de 2018

**Felipe Coragem Negrão**  
Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Via Varejo S.A., em cumprimento às disposições legais estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - datado de 18 de fevereiro de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Caetano do Sul (SP), 18 de fevereiro de 2018

**Vanessa Claro Lopes**  
Presidente

**Carla Alessandra Trematore**  
Conselheira

**Fernando Dal-Ri Murcia**  
Conselheiro

**Marcel Cecchi Vieira**  
Conselheiro

**Tânia Regina Sordi Relvas**  
Conselheira

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**Via Varejo S.A.**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Via Varejo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Via Varejo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Realização de créditos a recuperar de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

#### Por que é um PAA

Em virtude de requerimentos específicos nas legislações estaduais do ICMS, principalmente dos Estados que requerem o recolhimento de ICMS por substituição tributária, e considerando os procedimentos de compra e distribuição de produtos, a Companhia acumulou créditos de ICMS, cuja realização depende da ocorrência de eventos futuros operacionais e de atendimento aos requerimentos das legislações estaduais. Nesse sentido, com base em suas políticas internas, a Companhia avalia, ao menos anualmente, o estudo técnico de viabilidade de realização desses créditos.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, os saldos de ICMS a recuperar reconhecidos nas demonstrações financeiras montam a R\$2,3 bilhões e o estudo técnico de viabilidade de realização desses créditos tributários preparado pela Administração envolve certo grau de julgamento em sua elaboração, baseando-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado de varejo, além de decisões internas da Administração, principalmente envolvendo alterações da distribuição logística de seus produtos. Devido à relevância dos valores envolvidos e à incerteza inerente à realização desses créditos tributários, este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação das atividades de controles internos relacionados à preparação, revisão e aprovação do estudo técnico de viabilidade; (ii) a utilização de nossos especialistas tributários como suporte para avaliação das premissas-chave e dos critérios adotados pela Companhia para estimativa dos impactos das alterações logísticas relacionadas à distribuição de seus produtos; e (iii) a avaliação do potencial impacto de uma alteração razoável nas premissas de crescimento utilizadas pela Companhia.

Consideramos que os critérios e as premissas-chave utilizados pela Administração no desenvolvimento do estudo técnico de viabilidade de realização dos saldos de ICMS a recuperar, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

*Contas a receber e a pagar com partes relacionadas decorrentes do acordo de associação*

#### Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8.f às demonstrações financeiras, em 2010 foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre a Companhia, sua controladora Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") e a Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB"), que, entre outros direitos, garantia à Companhia o direito à indenização, por parte da CBD e da CB, de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidas a partir de 30 de junho de 2010, que eram relacionados a fatos geradores de responsabilidade dos antigos controladores das operações adquiridas por um prazo de seis anos. Em 4 de julho de 2017, foram celebrados acordos para a liquidação das perdas incorridas até 8 de novembro de 2016, bem como estabelecidos novos critérios para apuração das responsabilidades entre as partes e definição de garantias para as potenciais contingências ainda não materializadas.

Este tema foi considerado significativo em nossa auditoria em virtude de: (i) celebração de acordos para liquidação de perdas incorridas e estabelecimento de novos critérios para apuração das responsabilidades entre as partes, o que ocasionou o reconhecimento de uma despesa no valor de R\$97 milhões na demonstração do resultado do exercício, durante o primeiro semestre de 2017; (ii) refere-se a transações com partes relacionadas que incluem certo nível de julgamento por parte da Administração na avaliação das potenciais contingências não materializadas; (iii) a discussão sobre os critérios envolveu a Alta Administração e a governança da Companhia; e (iv) o assunto envolveu razoável grau de julgamento por parte da Administração quanto à determinação de certas premissas utilizadas no registro dos valores a receber e a pagar, bem como na conclusão de que não são esperadas perdas adicionais em relação aos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

#### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação das atividades de controles internos relacionados à preparação e aprovação da lista de processos materializados para início do processo de cobrança; (ii) utilização de nossos especialistas legais como suporte para avaliação dos termos contratuais, dos acordos estabelecidos e das opiniões legais de assessores jurídicos contratados pela Companhia, que, em seu conjunto, constituem a base documental sobre o direito dos valores a receber; (iii) teste documental, com base em amostragem, dos processos judiciais materializados e pagos, base para o ressarcimento pela CB; e (iv) avaliação das premissas e dos julgamentos exercidos para registro dos valores a receber e a pagar.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos pela Administração para contabilização dos valores a receber e as respectivas divulgações em notas explicativas são adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e os Resultados 4T17 e 2017. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e os Resultados 4T17 e 2017, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2018

### DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRIC nº 2 SP 011609/O-8

**Eduardo Franco Tenório**

Contador

CRIC nº 1 SP 216175/O-7